



ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE MACEIÓ

Aos vinte e sete dias do mês de julho do ano dois mil e vinte e três, às dez horas, foi realizada, por videoconferência e presencial, através da plataforma Google Meet e presencial, em razão das medidas de contenção da pandemia da COVID-19, a Vigésima Oitava Reunião Ordinária do Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Maceió, sob a presidência da Sra. Rebecca Caroline Fontoura da Silva Ferreira, representante da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA), contando com a presença dos representantes do **Poder Público**: Diogo Holanda Pinheiro (Titular) - Administração do Porto de Maceió; Antônio Carlos Costa (Suplente) - Administração do Porto de Maceió; Marineusa Gomes Florêncio (Suplente) - VIGIAGRO - da **Classe Empresarial**: Rafael Vinha Costa (Suplente) - ABTP; Maurício Eduardo de Toledo (Titular) - ABTRA e dos **Trabalhadores Portuários**: Jabson Levino Silva (Titular) – FNP, Fernando Antônio Maia (Titular) FNP; Ailton da Silva Alves (Suplente) – FNP; **Convidados Permanente**: Rafael Duarte Ferreira da Silva– **ANTAQ**. A Capitania dos Portos enviou um representante em substituição ao Conselheiro Titular Luciano da Silva Teixeira o Sr. Josenias Carvalho. Sendo informado pela Presidente do CAP que o Suplente da Marinha do Brasil é o Sr. Ricardo Alberici designado por Portaria, mas irá averiguar se houve alguma mudança.

ITEM 1 – EXPEDIENTE:

- **Subitem 1.1 – Leitura e aprovação da Ata da 27ª Reunião Ordinária.** Por unanimidade, o Conselho aprovou integralmente a referida ata, autorizando sua publicação.

- **Subitem 1.2 – Apresentação e Posse dos Conselheiros.**

Após as devidas apresentações, a Presidente deu posse aos representantes abaixo relacionados, pelo período de 2 (dois) anos, ficando registrado que os termos de posse serão encaminhados aos envolvidos, por correio eletrônico, com vistas à assinatura e posterior restituição para arquivo deste Colegiado:

- Rebecca Caroline Fontoura da Silva Ferreira (Titular) – Classe Poder Público – indicado pela Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Conforme Portaria SNPTA nº146/2023, publicada no Diário Oficial da União de 22.05.2023;
- Jabson Levino Silva (Titular) – Classe dos Trabalhadores, indicado pela Federação Nacional dos Portuários (FNP), conforme Portaria SNPTA nº 314/2023, publicada no Diário Oficial da União de 25.07.2023;
- Marineusa Gomes Florêncio



(Suplente) – Poder Público, indicado pelo Serviço de Vigilância Agropecuária Internacional – VIGIAGRO, conforme Portaria SNPTA nº 1.373/2022, publicada no Diário Oficial da União de 11.10.2022;

- Fernando Antônio Maia (Titular) – Classe dos Trabalhadores, indicado pela Federação Nacional dos Portuários (FNP), conforme Portaria SNPTA nº 314/2023, publicada no Diário Oficial da União de 25.07.2023;

- Ailton da Silva Alves (Suplente) - Classe dos Trabalhadores, indicado pela Federação Nacional dos Portuários (FNP), conforme Portaria SNPTA nº 314/2023, publicada no Diário Oficial da União de 25.07.2023.

•Subitem 1.3 Leitura e distribuição de documentos recebidos.

A Secretária do CAP informou que não recebeu nenhuma documentação. A Presidente registrou a satisfação em retornando ao CAP de Maceió, informou que é Assessora do Dr. Fabrizio - Secretaria de Portos, servidora da casa, e sua pretensão é de ajudar ao Porto de Maceió em qualquer assunto junto à Secretaria. Dando prosseguimento, a Presidente registrou que a ideia é realizar as reuniões bimestrais, e que encontra-se em estudo a possibilidade de ser mensal, e que a próxima reunião será convocada no grupo do CAP - Maceió

•Subitem 1.4 – Comunicações e avisos.

Não houve.

ITEM 2 – ORDEM DO DIA:

• Subitem 2.1. Relatório Mensal de movimentação do Porto de Maceió, com comparativo em relação ao mesmo período do ano anterior.

A Presidente passou a palavra ao Conselheiro Diogo Holanda Pinheiro. Deu boas vindas à Presidente Rebecca. Foi informado que a movimentação do Porto teve um acréscimo de 10,31% em relação ao mesmo período do ano anterior, passando de 1.278.623 ton. para aproximadamente 1.410.423 ton. Com perspectiva de ultrapassar 2 milhões e meio de toneladas no ano, enfatizou que durante os últimos quatro anos o Porto de Maceió cresceu sua movimentação acima de 10% ao ano, com isto podemos demonstrar que cada vez mais o nosso porto é extremamente viável e é um grande vetor de desenvolvimento no Estado de Alagoas e que com estes novos MACs – leilões que acontecerão no próximo dia 11 a perspectiva é de aumento de cargas já com segurança jurídica. A Presidente manifestou sua satisfação em relação ao crescimento do Porto de Maceió. O conselheiro Jabson Levino fez algumas observações em relação às gestões anteriores e à recuperação financeira do Porto de Maceió.



• **Subitem 2.2 - Manutenção da infraestrutura terrestre, elétrica e aquaviária do Porto de Maceió.**

A Presidente passou a palavra ao Conselheiro Diogo que registrou que o porto iniciou investimentos em relação ao melhoramento das vias internas com placas de concretos, fase de conclusão da licitação de uma nova balança com previsão de 15 dias para início dos serviços. Registrou a elaboração de Cronograma de investimento para 2024 para o Porto de Maceió que inclui iluminação interna, melhoramento das guaritas com a implantação do ISPS CODE, Projeto de Combate de Incêndio. A Presidente solicitou que na próxima reunião seja incluído em Pauta a apresentação desse cronograma. O Conselheiro Jabson Levino fez algumas observações em relação à instalação de uma nova balança de pesagem no porto de Maceió, tendo em vista o aumento de fluxo em relação ao fluxo para o recebedor. Ressaltou que no processo de pesagem o porto tem prejuízo, pois inventaram pesar mais de cinco vezes o mesmo caminhão, pois querem dar o limite de carga que não ultrapassem a pesagem, onde alegam que é questão de fiscalização. Registrou ainda, que no seu entendimento as Operadoras ou Recebedor que se encarreguem em utilizar balança de fluxo nas moegas. O Conselheiro Diogo ressaltou a importância de uma segunda balança, observando pela ótica de acontecer algum defeito na atual e ter que paralisar a pesagem, o que ocasionaria na paralisação na movimentação, e isto traria prejuízo para o Porto de Maceió. O Conselheiro Jabson ressaltou que os operadores do sistema da balança são despreparados para operação, sugerindo discutir junto a Administração essa questão e como sindicato defende hoje que o Porto empresa não só tenha ônus, porque se tem a menor tarifa portuária é a balança e custo operacional é alto. A Presidente sugeriu continuidade das discussões, pois aquisição de uma nova não impede as adequações necessárias para o bom funcionamento do Porto.

• **Subitem 2.3 – Principais assuntos debatidos pelo CONSAD/CODERN**

A Presidente passou a palavra ao Conselheiro Diogo que informou que na reunião do CONSAD não houve nenhum assunto relevante a ser compartilhado com o Colegiado. A Presidente registrou que haverá mudança na Presidência do CONSAD, sem previsão de data para essa alteração. Prosseguindo, informou a possibilidade do Conselho de Autoridade Portuária se tornar parcialmente deliberativo, eis que já existem alguns projetos tramitando no Legislativo a respeito dessa mudança, sendo de interesse da atual gestão da Secretaria de Portos de que pelos mesmo alguns temas sejam deliberativos no CAP, em função disso, ressaltou a importância da presença dos Conselheiros às reuniões, bem como da proposta de pautas para que possamos fomentar a justificativa da sua importância como Conselho junto ao Congresso. E por acreditar no CAP, se colocou à disposição na solução de assuntos relevantes junto à Secretaria de Portos e que na atual gestão as portas da Secretaria estarão sempre abertas. O Conselheiro Jabson Levino registrou que em reuniões com a Federação vem cobrando o empenho para o retorno do CAP deliberativo. O Conselheiro Maurício Toledo ressaltou a importância que todos unam forças junto as bancadas políticas no sentido de obter este propósito.



• **Subitem 2.4 – Indicação de representante da Classe empresarial no CONSAD da CODERN.**

A Presidente informou que recebeu ligação do representante dos empresários do CAP de Natal, onde comunicou que o Sr. Dalan Emanuel Silva dos Santos seria a indicação deles no posto de representante empresarial no CONSAD, e que seria conveniente tentar um consenso entre os CAP de Natal e Maceió, diante da necessidade de aprovação ou não, encaminhei aos senhores juntamente com o currículo do Sr. Darlan para avaliação e se existem alguma objeção a referida indicação. Presente à reunião, os conselheiros Rafael Vinha Costa (titular) - ABTP e Maurício Eduardo de Toledo (titular) ABTRA, representantes da Classe Empresarial, chegando ao consenso de aprovação.

ITEM 3 ASSUNTOS GERAIS

A Presidente passou a palavra ao convidado permanente da ANTAQ, Rafael Duarte Ferreira da Silva, que registrou que como Órgão fiscalizador tem alguns pontos preocupantes como: 1) ISPS CODE - controle de acesso, sistema captura e gravação de imagem, cercamento de perímetro e procedimentos de segurança, que se encontram praticamente nulo, pois a primeira auditoria foi realizada em 2011 e pouca coisa evoluiu, recentemente foi realizada uma nova expressão pela CONPORTOS onde a ANTAQ participa, foi lavrada um auto de infração, entendemos as dificuldades existentes e o esforço da Autoridade Portuária para solução da questão. Ressaltou a importância da matéria que pode impactar em relação a existência de cumprimento ou não, chegando a cassação da declaração de cumprimento válida junto a CONPORTOS. O Conselheiro Jabson Levino fez algumas observações em relação a implantação do ISPS CODE 2010, inclusive a gestão da época, utilizou recursos próprios e que após um ano e meio não existia mais nenhuma câmera instalada, desapareceram e a bagunça retornou, citou também, a retirada de um restaurante do cais do porto que os trabalhadores realizavam suas refeições nos intervalos. Ressaltou que no seu entendimento para termos um ISPS CODE eficaz é necessário uma guarda portuária pública, através de concurso público, e não por uma terceirizada. O Conselheiro Fernando Maia complementou as informações, citou que foram implantadas também, algumas cancelas eletrônicas, porém não demorou um ano, por desgaste pois não teve manutenção preventiva. O Conselheiro Diogo Holanda alegou que a implantação não é somente o investimento temos que pensar também na manutenção preventiva e corretiva, pois existe a questão de mudança de tecnologia e por ser um ambiente agressivo. O convidado Permanente da ANTAQ Rafael registrou que como o Brasil é signatário da IMO, internalizou essas obrigações, não temos como deixar de cumprir. O Conselheiro Diogo registrou que até o final do ano estará equacionado o assunto, através de licitação com recursos próprios O Conselheiro Jabson enfatizou sua posição que concorda com a implantação do ISPS CODE, mediante concurso público para guarda portuária para não ocorrer a mesma coisa dos gestores anteriores. O Conselheiro Diogo enfatizou que para realização de concurso público dura em torno de 10 anos e não podemos deixar de cumprir determinações exigidas. A Presidente indagou se existem



normativas da CONPORTOS em relação a essas exigências. Sendo respondido por Rafael - ANTAQ que existem toda normatização, inclusive com fiscalização. O Conselheiro Maurício Toledo fez uma explanação do funcionamento dessa normativa da CONPORTOS, que envolve regras e automaticamente custos. A Presidente indagou se existe a possibilidade de imputação de responsabilidade aos gestores por falta de cumprimento. Sendo respondido por Rafael informou que não, as Normas da ANTAQ não costuma punir pessoa física. 2) Situação do TGL, esperamos que a recuperação da instalação seja contemplada pelo leilão da Mac 12 e enquanto isso Autoridade Portuária juntamente com a TRANSPETRO adotem as medidas necessárias para evitar que a infraestrutura sofra mais danos e de segurança para evitar incidentes quando das operações. 3) Manutenção das vias interna e do Porto como todo, que prejudica muito mais aos usuários. Continuando indagou se alguém tinha informação em relação ao arrendamento da TIMAC para movimentação de ácido sulfúrico. A Presidente informou que o processo foi protocolado em 29.06.2023, com pedido de ajuda ao Governo Federal para solucionar a questão da licença ambiental e a questão junto a prefeitura que realizaram recentes audiência públicas para obstar o procedimento da licença enfim do Terminal em operação, ainda não foi decidido de fato pelo Secretário, mas, eis que foram identificadas faltas de apresentação de alguns documentos que são essenciais no processo de licenciamento. Comunicou que a Secretaria está em tratativas a fim de solucionar a questão, seja pela manutenção do contrato de arrendamento, caso se regularize a questão documental e ambiental ou pela rescisão do contrato de arrendamento. O Conselheiro Rafael Vinha registrou que foi realizada uma reunião em relação a implantação do PAM – Plano de Ajuda Mutua, onde foi demonstrado sua importância. Em relação ao TGL, hoje operado pela TRANSPETRO existe uma preocupação com o que vai acontecer a partir do leilão.

ITEM 4 ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo outro assunto a ser tratado, a Presidente deu por encerrada a Vigésima Oitava Reunião Ordinária do CAP do Porto de Maceió, da qual eu, Tânia Maria Ferreira Silva de Melo, Secretária, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim, pela Presidente e pelos Conselheiros presentes.

Em atendimento às medidas de isolamento social, esta Ata não traz a assinatura física de todos os signatários, os quais têm plena ciência de seu conteúdo. Em sua 28ª Reunião Ordinária, de 27 de Julho de 2023, o Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Maceió determinou a publicação deste documento no site da Administração do Porto de Maceió, apenas com a assinatura da Secretária do Conselho, até que se normalize a atual situação do enfrentamento mundial à pandemia do coronavírus.